

Estados propõem mudanças no projeto de rolagem das dívidas

Sergio Marques



Haddad (ao fundo) negocia com governadores a rolagem da dívida dos estados

BRASÍLIA — O Governo Itamar Franco falhou na primeira tentativa de acerto com os estados para a rolagem da dívida. A cerimônia de assinatura do projeto, fixando novas regras para a rolagem dos débitos, acabou não acontecendo e frustrou pelo menos seis governadores que estiveram em Brasília, ontem, para prestigiar o ato.

Após lerem a versão final entregue pelo ministro do Planejamento, Paulo Haddad, os secretários estaduais de Fazenda disseram não concordar com os termos do projeto e propuseram mudanças. Com isso, todos voltaram à mesa de negociação e firmaram outro compromisso: fechar um acordo até a próxima terça-feira.

— Se conseguirmos o consenso agora, a possibilidade de o projeto passar no Congresso é maior — desculpou-se o ministro Paulo Haddad, perante os governadores e os secretários de Fazenda.

Os governadores tentam adiar para o dia 28 de fevereiro a consolidação da dívida contratual a ser renegociada com o Governo. Eles querem também incluir no

limite de 15% da arrecadação líquida dos estados o serviço da dívida mobiliária, de modo que reduzam a obrigatoriedade de resgatar 17% dos títulos vencidos junto ao mercado.

Mas os governadores de São Paulo, Luiz Antônio Fleury Filho, e de Minas Gerais, Hélio Garcia, ainda querem mais: para

fechar o acordo, exigem a redução de 15% para 10% do comprometimento da arrecadação líquida no pagamento das prestações.

Para pressionar o Governo a aceitar as mudanças, os governadores vincularam a aprovação do ajuste fiscal à renegociação da dívida dos estados. A medida

tem implicações tanto políticas quanto econômicas, já que a União e os estados precisam ajustar suas contas em conjunto, para efetivar a política de estabilização da economia.

— Se a União precisa ajustar suas contas, os estados também precisam — afirma o governador do Rio Grande do Sul, Alceu Collares.

Para Collares, o Congresso Nacional deve ter na aprovação do projeto da rolagem “o mesmo empenho demonstrado na aprovação do ajuste fiscal”. O deputado Amaury Muller (PDT-RS) também deixou o Ministério da Fazenda condicionando a aprovação do ajuste fiscal a maiores facilidades na renegociação da dívida dos estados.

O ministro Paulo Haddad, entretanto, não concorda com essa vinculação. Ele afirmou que não houve qualquer atrelamento entre os dois projetos.

O comentário mais diplomático para o assunto foi feito pelo secretário de Fazenda de Minas Gerais, Roberto Brant:

— A rolagem é apenas um elemento de complementação do ajuste fiscal.